

Capítulo VII

Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação

— Roberto Leher*

Introdução

O fim dos regimes militares no Cone Sul criou uma onda de otimismo em relação à democratização da sociedade, em especial, por meio do aprofundamento do caráter público do Estado, após o longo inverno de violência institucional. Mas a chamada transição não caminhou inexoravelmente para a democracia, como, aliás, a análise da correlação de forças já indicava na época. No Brasil, as eleições indiretas e a constituinte congressual foram derrotas que sinalizaram que a “transição lenta, gradual e segura” contava com forte apoio das classes dirigentes. No entanto, também as multidões que clamaram por “Diretas, Já!” e a reorganização dos movimentos sociais em favor de uma Constituinte Soberana deixaram suas marcas. Apesar da constituinte de 1988 não ter sido “livre e soberana” como reivindicaram os setores democráticos da sociedade brasileira, condições políticas e conjunturais excepcionais garantiram significativas conquistas no Capítulo III da Constituição Federal de 1988: “Da Educação, da Cultura e do Desporto”.

Com a consolidação do neoliberalismo, paulatinamente, os movimentos sociais populares foram sendo subrepticamente deslocados para a margem dos espaços decisórios. Os centros decisórios tornaram-se mais exclusivos, novos

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente da ANDES – Sindicato Nacional.

sujeitos passaram a ser chamados a opinar sobre aspectos secundários das políticas educacionais e, na maior parte das vezes, a contribuir para o encaminhamento de políticas já definidas, como ocorre atualmente no Conselho Nacional de Educação, pensado originalmente como órgão de Estado e hodiernamente ressignificado como órgão de governo.

Este trabalho tem o objetivo de discutir alguns pressupostos que estão na base da designação “novos movimentos sociais”, tidos como característicos do período atual de *globalização*. Neste período, dito de desaparecimento do trabalho, antigas formas de organização social estariam vivendo o seu ocaso, como os sindicatos e os partidos com orientação marxista, por exemplo, enquanto novas esferas estariam se afirmando no lugar da “antiga” sociedade de classes, cindida pelas relações de produção. No cerne da vida social da nova era, estaria emergindo uma sociedade civil renovada, lugar de autonomia e de participação, por meio de interações dialógicas capazes de configurar uma “esfera pública”.

Numa primeira etapa, o estudo discute o pressuposto que se constitui no pilar das proposições das ideologias atualmente dominantes: o tempo. A seguir, debate o contexto de surgimento de um novo conceito de sociedade civil, desvinculado do mundo do trabalho, na América Latina. Na sequência, são examinados conceitos e noções como autonomia e descentralização e, também, os conceitos habermasianos de mundo da vida, sistema e esfera pública. Na última parte, o estudo defende a necessidade da ampliação do conceito de classe trabalhadora, por meio da expressão “classe-que-vive-do-trabalho” e faz algumas pontuações sobre a resistência dos movimentos sociais às reformas educacionais neoliberais.

Tempo e Periodização: Notas para uma Crítica Fundamental

É um truísmo afirmar que a designação dos movimentos sociais expressa uma determinada datação. A simples menção de movimentos como o fabianismo, o jacobinismo, o luddismo, o menchevismo, o bolchevismo, o leninismo, o maoísmo e o fascismo, por exemplo, evoca uma certa noção de tempo. Mas quando examinamos mais de perto, a suposta precisão temporal tende a não resistir. Isto se deve à complexidade e à polissemia dos termos indicativos do tempo (situação claramente evidenciada em expressões como campesinato, luta de classes e democracia), face a mudanças históricas e estruturais nas categorias, nem sempre sistematizadas por novos termos e conceitos e, principalmente, do conceito de periodização, sempre relacionado às distintas posições políticas dos sujeitos, dos leitores e intérpretes.

Os autores marxistas aceitam, em geral, que os modos de produção são indicadores fortes de tempo, pois registram descontinuidades entre os mesmos. Mas esta interpretação não é consensual. Longos debates e fortes controvérsias,

ainda hoje, ocorrem a respeito da relação capitalismo e feudalismo. Alguns autores, adeptos da tese da articulação dos modos de produção, vêem feudalismo em certas formas de organização do trabalho na África e na América Latina. O problema da periodização torna-se ainda mais complexo quando a caracterização do tempo é objeto de lutas políticas. No lugar de rupturas e descontinuidades entre os modos de produção, os liberais vêem o tempo como um *continuum* que somente se altera de forma adjetiva: o capitalismo expressa relações perenes, somente as suas qualidades são modificadas, de modo concorrencial, regulado, intelectual, globalizado etc.

Esta seção parte da premissa de que o debate atual a respeito da periodização está inscrito em controvérsias de natureza política. O propósito é sistematizar os conceitos necessários à crítica da (falsa) periodização reivindicada pelo capital, como a globalização e a revolução científico-tecnológica que lhes são subjacentes. Mais do que uma análise interna destas noções, o objetivo é retomar o debate a respeito da periodização como pensada por Marx e alguns de seus principais interlocutores. Ênfase especial é dada à crítica ao pretense evolucionismo de Marx que faria de sua periodização uma filosofia da história (conexão linear entre feudalismo, capitalismo e comunismo). A questão aqui desenvolvida tem sido objeto de sérias controvérsias tanto entre os marxistas quanto entre estes e os não marxistas. Como pode ser visto adiante, o debate possui importantes implicações teóricas (epistemológicas) e político-estratégicas.

A periodização é ao mesmo tempo condição para tornar pensável a história – ela é parte da reconstrução do objeto – e objeto de embates políticos, pois o modo de pensar e registrar o tempo tem desdobramentos práticos. De fato, é diferente compreender o capitalismo como um modo de produção resultante da evolução natural das sociedades pretéritas, sem rupturas com as mesmas (liberalismo), ou como um modo de produção histórico, determinado, construído a partir da destruição/ subordinação do modo de produção anterior (Marx). Sendo histórico, este pode ser transformado; sendo um produto natural, a própria idéia de transformação fica deslocada, senão desprovida de sentido. Do mesmo modo, é absolutamente diferente dizer que as transformações científico-tecnológicas atuais engendram um novo modo de produção “pós-capitalista”, ou dizer que elas reconfiguram o capitalismo em um período de crise estrutural, entre outros motivos porque o desenvolvimento das forças produtivas não é nenhum motor da história. De igual maneira, uma coisa é afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas cria por si só as condições para a negação do capitalismo; outra, bem distinta, é trabalhar a contradição forças produtivas/ relações de produção para romper com os limites da ordem burguesa.

Situando o problema

Para ultrapassar o “cinturão protetor” das ideologias atualmente dominantes, é preciso criticar a noção de tempo implícita na dita *Era do mercado* ou da globalização. De fato, o tempo tem aqui um papel crucial, pois a ideologia da globalização desloca o objeto concreto de análise “o modo de produção capitalista em seu movimento contraditório” para o passado, em favor de um novo período, a globalização. Este novo período, conforme o pensamento dominante, fez eclodir *novos* movimentos sociais para os quais o trabalho social perdeu a sua centralidade, em favor de novas identidades, valores e problemas.

A tentativa de opor um período a outro é recorrente nas formulações que buscam legitimar as bases do sistema capitalista em momentos de crise. Weber opôs o mundo antigo “patrimonial” ao sistema da modernidade, “objetivo, legalista e burocrático”, que configura o tempo racional ou moderno; Rostow opôs as sociedades “tradicionais” às sociedades (pós-*take-off*) industriais; atualmente, o Consenso de Washington opõe o *welfare state* e o desenvolvimentismo à globalização de feição neoliberal. Com efeito, tais marcadores de tempo indicam a existência de crises estruturais profundas no capitalismo, como a do final do século XIX vivida por Weber; a crise de 1930, que levou a economia neoclássica ortodoxa ao descrédito, criando as condições tanto para o surgimento da macroeconomia keynesiana, quanto da subdisciplina “economia do desenvolvimento” (Albert O. Hirschman, entre outros), e a crise estrutural que se agudiza desde a década de 1970, fazendo ressurgir a economia neoclássica, agora em uma feição neoliberal (a ideologia que está no âmago da globalização). Novas formas de datação decorrem também de momentos de luta pelo domínio econômico, político-ideológico e militar (como a *guerra-fria*, que está na base da ideologia do desenvolvimento como teorizada por Rostow). Todas estas tentativas de periodização têm como denominador comum uma concepção idealizada de tempo (tradicional/ moderno; patrimonial/ moderno etc.), que apaga diferenças marcantes e, sobretudo, desconsidera o modo como as contradições do capitalismo vêm operando. O movimento, captado por Lênin, expresso na Lei do Desenvolvimento Desigual do Capitalismo e, mais recentemente, por Samir Amin (1996), na tese da polarização centro/periferias, são solenemente ignorados: ontem em benefício do imperialismo e do *desenvolvimentismo*; atualmente em proveito da ideologia da globalização, para fazê-la funcionar como marcador temporal.

Após exposição midiática sem precedentes, como negar a validade da crença de que a globalização marque um novo período da história do capitalismo, advindo de uma nova revolução tecnológica que vem transtornando o tempo que caracteriza o capitalismo? O encaminhamento desta pergunta-orientadora exige que o estudo defina o que constitui a essência do tempo no capitalismo e, ao mesmo tempo, especifique a natureza de seu movimento contraditório. Nestes

termos, o presente trabalho argumenta que o capitalismo se define primeiramente por seu modo de produção específico (Amin, 1996: p. 73) e, por isso, é necessário indicar com exatidão o que constitui esta especificidade do capitalismo.

Preliminarmente, vale registrar que o capitalismo não se reduz à simples existência do mercado. A crítica marxista da distinção entre o “mercado”, de uma parte e o “mercado capitalista” (que implica que a troca seja fundada sobre a produção capitalista), de outra, possui aqui toda a sua validade. De fato, o capitalismo maduro não pode ser confundido com o mercado e a troca do sistema anterior à Revolução Industrial. O mal-entendido a propósito do que constitui o capitalismo maduro decorre de sua definição incorreta, baseada na simples associação de três ordens de fenômenos: a propriedade privada, o trabalho assalariado e a extensão do mercado de trocas. Esse método empirista oculta o essencial: o capitalismo em sua forma madura só existe quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas implica a fábrica moderna (*Ibid*: p. 74). No entanto, nada disso tem sentido se a *lei do valor* for desconsiderada, pois esta não comanda apenas a vida econômica, mas submete todas as outras dimensões da vida social à lei implacável da acumulação do capital (*Ibid*: p. 75). Esta perspectiva, como pode ser visto adiante, está em desacordo com a de Habermas, quando este estabelece que as implicações negativas da razão instrumental “colonizam” (e, portanto, são externas) o mundo da vida.

Deste modo, ainda com Amin (1996), se o capitalismo é um sistema mundial é porque a economia mundial que o subentende é, em sua globalidade, regida pelo sistema de produção capitalista. A economia é mundial porque a divisão do trabalho sobre cuja base são organizadas as produções essenciais é uma divisão mundial do trabalho. A originalidade de Amin consiste em propor e demonstrar a tese de que o desenvolvimento desigual do capitalismo que, em sua forma moderna, surge no século XIX, com a divisão entre os países industrializados e os não engajados na industrialização resulta da polarização do desenvolvimento capitalista mundial. De um lado, os países do núcleo integram os seus mercados *tridimensionalmente* (mercadorias, capital e trabalho), de outro lado, os países periféricos integram *bidimensionalmente* os seus mercados (mercadorias e capital). O mercado de trabalho é dividido por uma muralha que opõe os países centrais aos periféricos. É este movimento desigual que fratura a economia mundial e que a ideologia da globalização quer encobrir.

Tempo-mercadoria: uma revolução teórica de Marx

Ao discutir os conceitos centrais de Marx, como mais-valia, o estudo pretende sustentar a tese de que as mudanças que pretensamente estariam na base da “globalização” não alteram os fundamentos do MPC e do seu devir histórico.

Ainda que Marx não tenha se indagado diretamente a respeito da questão “o que é o tempo?”, ou melhor, mesmo não tendo situado a questão nestes termos, incontestavelmente Marx revolucionou o conhecimento científico do tempo. Nos termos de Hanson (1997: p. 46), o tempo é uma questão fundamental, talvez a questão fundamental dos trabalhos de economia política do Marx da maturidade. Rejeitando a concepção de tempo abstrato, linear e dissociado dos acontecimentos concretos, fez sobressair o seu caráter político, econômico e cultural, descobertas que culminaram com o seminal conceito de sobrevalor (mais-valia).

Marx demonstrou que toda transformação social implica uma mudança fundamental na intuição do tempo. No capitalismo, por exemplo, a mercantilização do tempo o tornou “dotado de qualidades bem estranhas: variável, linearizado, segmentarizado, mensurável e, principalmente, ‘manipulável’ mediante uma contabilidade fantástica” (Alliez, 1999: p. 33). Marx descobriu que o tempo é a realidade quantitativa do trabalho, base do processo de extração da mais-valia (o trabalhador é concebido como tempo de trabalho personificado, determinação quantitativa do trabalho), metamorfoseada como fetiche na mercadoria. Rompendo com os preceitos da economia clássica de Smith e Ricardo, Marx examinou a teoria do valor trabalho em uma perspectiva inteiramente nova. Com efeito, em sua formulação, o trabalho é a única fonte capaz de produzir valor, por meio do sobrevalor, isto é, pelo excedente de valor produzido pelo assalariado durante seu tempo de trabalho global, uma vez que ele tenha reproduzido o valor de sua força de trabalho (salário). O sobrevalor é uma realidade própria do capitalismo, designando, por metonímia, a exploração capitalista, conforme nota J-P. Lefebvre (1985).

Não é fortuito que o conceito de sobrevalor tenha sido construído nas obras tardias de Marx. O conceito de sobrevalor é uma criação original de Marx, aparecendo em sua forma sistematizada nos *Grundrisse* (1857). De fato, o sobrevalor não pode ser definido individualmente, nem calculado em tempo real como a corvéia feudal (*Ibid*: p. 1114). O sobretrabalho é tornado invisível no capitalismo, só podendo ser definido ao nível abstrato do *conjunto* do trabalho social. Além disso, Marx não o caracterizou como um conceito geral, dividindo-o em duas dimensões não mutuamente exclusivas: o sobrevalor absoluto e o sobrevalor relativo (dimensões que não podem ser concebidas como realidades distintas). O sobrevalor absoluto é obtido pelo prolongamento da duração global da jornada de trabalho do operário. Aqui, a duração do trabalho necessário (o valor de sua força de trabalho expressa em seu salário) permanece igual. Este sobrevalor absoluto possui um limite variável segundo os países, as épocas históricas e a configuração da luta de classes, encontrando um outro limite na resistência física do trabalhador (*Ibid*: p. 1115). O sobrevalor relativo é obtido por meio da redução da duração do trabalho necessário, mediante o efeito de vários fatores combinados, correspondentes a diferentes períodos sucessivos do

desenvolvimento histórico da produção capitalista: cooperação, divisão do trabalho, máquinas, sistema de máquinas, aplicação da ciência ao processo de trabalho etc.

Com o conceito de mais valia, Marx coloca um ponto final na crença, cara à economia clássica, de que o valor provém da circulação. O sobrevalor é a chave para a resolução do mistério do valor. A esta palavra vazia da economia clássica (valor), Marx confere um conteúdo real e validade conceitual, por meio da associação do par sobretrabalho - sobrevalor.

Samir Amin (1996: p. 69) observa que o MPC representa uma ruptura qualitativa com os sistemas que o têm precedido, no sentido preciso de que no capitalismo a lei do valor não comanda somente a vida econômica (*sistema*, conforme Habermas), mas antes todo o sistema social do mundo moderno capitalista (não excluindo o *mundo da vida*, como quer Habermas), quer dizer, comanda as relações novas e específicas entre a base econômica do sistema e a sua superestrutura ideológica.

Marx (1985) observa que apenas no MPC o capital se desenvolve no sentido da compressão espaço-temporal. Assim, “se por um lado, o capital tende a conquistar todo planeta como seu mercado; tende, por outro lado, a destruir o espaço por meio do tempo, isto é, a reduzir ao mínimo o tempo necessário para mover-se de um lugar para outro” (*Ibid*: p. 391). A expansão do mercado e a anulação do espaço pelo tempo, prossegue Marx, ilustra a “tendência do capital à universalidade”, diferenciando-o de todas as formas de produção anteriores. Parece claro que a compressão espaço-temporal é, portanto, uma tendência geral do próprio modo de produção e não um sinal de que este tenha sido suplantado por outra modalidade de capitalismo (intelectual, pós-industrial, globalizado etc).

Visto alguns elementos da teoria do valor que buscaram corroborar a crítica às periodizações operadas pelas ideologias dominantes para justificar o surgimento de novas “eras”, em que as contradições que tensionavam o “período anterior” estariam fadadas ao desaparecimento -, cabe indagar: em que consistiria uma ruptura no *continuum* do tempo capitalista? Em que condições esta ruptura pode ser operada? A concepção de Marx é teleológica e evolucionista, como querem os seus críticos?

Tempo e revolução

Somente uma leitura desprovida de rigor pode ignorar que Marx critica o voluntarismo e o idealismo dos anarquistas revolucionários e dos economicistas que pretendem ultrapassar o tempo burguês sem, contudo, revolucionar a base econômica que lhe corresponde (Hanson, 1997: p. IX). Em seus escritos, é possível encontrar duas grandes orientações quanto à relação Revolução-Tempo

que partem de uma mesma consideração geral: a de que somente a ação revolucionária coletiva do proletariado comunismo pode reunificar a humanidade no tempo criativo.

i) No “Prefácio de 1859”, Marx, à primeira vista, parece conferir menor grau de independência aos sujeitos revolucionários, acentuando o peso das restrições materiais que “limitam” a ação política. Nenhuma formação social pode ser destruída antes que todas as forças produtivas para a qual ela é suficiente tenham sido desenvolvidas. Marx argumenta que “toda tentativa de revolução durante períodos de expansão do capitalismo estão fadadas ao fracasso”. A Revolução somente é possível quando determinadas condições objetivas são alcançadas (contradição entre forças produtivas e relações de produção), não dependendo da vontade imediata dos homens. Esta concepção de Revolução acentua as condições objetivas demandando, na avaliação de Hanson (op.cit.), um tempo mais dilatado para a sua realização.

ii) Em outros escritos políticos, como no “Manifesto”, Marx parece estar convencido de que o proletariado está “maduro” o bastante para romper com a sociedade de classes e para “acelerar” as contradições das leis históricas. O *Manifesto* admite a possibilidade da luta proletária de sua época ser capaz de fazer “explodir” o tempo burguês, conjecturando que o proletariado alemão poderia fazer da revolução burguesa da Alemanha o prelúdio de uma conseqüente revolução proletária. Aqui a ênfase de Marx não é tanto no lento desenvolvimento dos fatores produtivos materiais, mas sobretudo no grau de “civilização” e disposição da consciência operária para o processo revolucionário. Em suma: Marx parece convencido de que a ação revolucionária pode acelerar o passo da história.

Estas aparentes contradições entre as obras de Marx não configuram estratégias revolucionárias antinômicas. O “Prefácio” e o “Manifesto” são textos distintos, elaborados para fins distintos: o primeiro é de análise, o segundo é de organização da luta política, mais permeável aos aspectos conjunturais. Marx não é nem um *economicista* à espera das “condições objetivas”, nem tampouco um voluntarista inconstante. O que estas antinomias indicam são questões complexas de estratégia revolucionária, na qual a ação do proletariado desliza sobre o fio da navalha: ora a conjuntura acentua o peso das condições objetivas que limitam a ação; ora a conjuntura pode ser transformada para obter rápidos avanços. Lênin defrontou-se praticamente com este problema, solucionando-o teoricamente com a noção de Partido (síntese entre teoria e prática e entre tempo de curta duração e de longa duração). Também é possível encontrar aqui o prenúncio de um problema que Gramsci mais tarde iria tomar como central: a necessidade de passar da “guerra de movimento” para a “guerra de posição” (Buci-Glucksmann, 1980).

Considerando a influência do pensamento da II Internacional na formação dos partidos de esquerda do Ocidente, é importante reforçar um aspecto que Marx apresenta de modo inequívoco: o tempo-mercadoria somente deixará de ser “Senhor dos homens” quando o capitalismo for abolido. Esta tese tem surpreendente atualidade. Afinal, teóricos do “fim do trabalho” – os herdeiros das bandeiras da II Internacional – como Gorz, Bell, Lojkine, Offe e outros admitem, diferentemente de Marx, que é possível instaurar o tempo livre nos moldes do “reino da liberdade”, nos limites do capitalismo. Marx, ao contrário, compreende que o rompimento com o capitalismo é condição necessária para a unificação dos reinos da necessidade e da liberdade. Isto não quer dizer, de modo algum, que somente com a revolução outras formas de apropriação e construção do tempo “livre” venham a ser possíveis. Em diversas passagens, Marx menciona a importância de plantar hoje as sementes da liberdade do futuro – uma prática que, a rigor, é um exercício de negação do capitalismo.

Para suprimir – no comunismo – a distinção entre “tempo de trabalho” e “tempo livre”, o tempo direto de trabalho não pode ser configurado como em antítese abstrata do tempo livre, tal como aparece na economia burguesa. Para isto, o controle do tempo de trabalho tem que ser realizado pelos produtores. De acordo com Marx, este controle social não pode ser reduzido à gestão técnica do trabalho, pois assim subsistiria a divisão entre política e trabalho. Neste sentido, o controle do tempo é uma atividade política (como demonstra Lênin ao discutir o taylorismo), capaz de garantir aos produtores a apropriação do sobretrabalho social, assegurando, deste modo, a característica comunista da transição socialista.

No comunismo, o trabalho é tomado como expressão da liberdade capaz de suprimir a distinção entre trabalho livre e sobretrabalho. No entanto, “se a oposição das duas funções desaparece, sua *diferença* subsiste; o desenvolvimento do tempo disponível e da fruição cultural, física e intelectual que lhe é própria faz crescer as necessidades econômicas, ampliando o reino da necessidade”, nota Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha*.

Assim, o tempo não deixa de ter importância no comunismo. A transformação cultural da noção de tempo exige a superação de entraves, como os apontados por Lênin na Nova Política Econômica. Aqui a liberação do tempo para que os proletários pudessem participar da construção da Revolução exigiu o incremento da produtividade nas fábricas, em moldes tayloristas, precisamente para negar as reminiscências do MPC (Linhart, 1976).

Marx também estava consciente de que, sob o comunismo, uma nova estrutura do tempo teria de ser construída, não decorrendo inevitavelmente da Revolução, antevendo, na *Crítica ao Programa de Gotha* (1971), dois estágios do comunismo:

i) “de cada um de acordo com suas capacidades, para cada um de acordo com seu trabalho”. Esta fórmula requer um cálculo do número de horas do trabalho social necessário desempenhado por cada trabalhador. Este período caracteriza uma sociedade comunista não desenvolvida sobre bases próprias: “uma sociedade que, por conseqüência, em todos aspectos, econômico, moral, intelectual, apresenta ainda os estigmas da antiga sociedade que a engendrou” (*Ibid*: p. 19).

ii) “de cada um de acordo com as suas capacidades, a cada um de acordo com as suas necessidades”. Este período corresponde a uma fase superior da sociedade comunista, na qual todas as restrições temporais do MPC são destruídas, tornando anacrônico o trabalho como uma atividade externa ao trabalhador.

A consideração do tempo como problema permite uma outra leitura da *Crítica ao Programa de Gotha*. Nesta obra Marx propõe, de modo genial, que o tempo não é linear e a sua ruptura não é uma manifestação metafísica como, aliás, lembra Althusser (1968), em sua crítica ao *coup d'essence*. Em linhas gerais, Marx assinala que a revolução não instaura de um dia para o outro uma nova sociedade. Ao contrário, como atesta a consideração da análise concreta das condições decorrentes da negação do capitalismo, o comunismo é um processo que, não estando dado, depende, conforme Marx, de lutas concretas.

Assim, a revolução suprime a propriedade privada dos meios de produção, mas não instaura, por si só (como querem os economicistas), novas relações de trabalho. Daí a fórmula: “de cada um de acordo com as suas habilidades, para cada um de acordo com o seu trabalho” (e não as segundo as necessidades). Prevalecem ainda resquícios do direito burguês (e, portanto, a pressuposição da desigualdade), persistindo a necessidade do Estado, cujo fim é uma construção do comunismo. Esta questão é apresentada de modo meridiano na *Crítica ao Programa de Gotha*:

Na fase superior da sociedade comunista, quando tenha desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, quando o trabalho não seja apenas meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os aspectos, cresçam também as forças produtivas e fluam com todo seu caudal os mananciais da riqueza produtiva, só então poderá se ultrapassar o estreito horizonte do direito burguês, e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades’ (*Ibid*: p. 21).

A luta revolucionária contra o capitalismo não implica, mecanicamente, uma nova estrutura do tempo, como querem fazer crer os autores que acusam Marx de evolucionismo e teleologia. Marx está ciente de que o futuro não pode ser

idealizado ingenuamente como fizeram os socialistas utópicos, combatendo veementemente tais formulações fantasiosas. A sua penetrante análise do capitalismo tem como propósito a descoberta das determinações fundamentais deste modo de produção, com o preciso fito de negá-las. Ele tem ciência das dificuldades de romper com elas e, por isso, busca identificar a contradição principal do MPC, o que faz no *Prefácio*: as forças produtivas desenvolvem-se e entram em contradição com as relações de produção existentes, sobrevivendo uma época de revolução social. No entanto, nada assegura, a *priori*, que o tempo deixará de ser “Senhor dos homens”. Por isso, Marx prevê um período em que o rompimento com a ordem anterior impõe limites ao “reino da liberdade”. Somente com o aprofundamento da revolução, a separação entre trabalho e ócio, característica do modo de produção capitalista, pode vir a não ter mais sentido.

Resumindo: o rompimento com o tempo burguês não é a realização de nenhuma “razão universal”, ao contrário, é um processo político-social, a ser construído historicamente. Marx não é adepto de nenhuma filosofia da história que aponte a inexorabilidade do comunismo, nem tampouco se dedicou a desenhar em tons róseos a sociedade futura.

Globalização: uma Periodização para o Capital

Existem estudos bem fundamentados empírica e conceitualmente que corroboram a crítica à globalização, como os de P. Hirst & G. Thompson (1999), Limoeiro Cardoso (1999) e S. Amin (1996), entre outros, que questionam o uso desta noção como um *marcador temporal*. Além de não significar uma mudança na estrutura do tempo capitalista (teoria do valor), o seu uso silencia o debate a respeito da natureza da crise econômica que teria feito emergir a nova revolução tecnológica e a própria globalização.

Trata-se de uma crise conjuntural ou estrutural? Qual a sua raiz axial? Com Duménil e Lévy (1996), R. Brenner (1999) e R. Antunes (1999), este estudo propõe que se trata de uma *crise estrutural* que tem como raiz a redução da taxa de lucro no setor manufatureiro, deslocando o capital para o setor financeiro. É no bojo desta crise que o capital, almejando a recuperação da taxa de lucro, promove uma forte *reestruturação produtiva*. A consideração de que a crise do fordismo-taylorismo é uma manifestação *fenomênica* de uma crise maior, de caráter estrutural, tem grande importância teórico-prática, coloca uma pá-de-cal na tese economicista que vincula a reestruturação produtiva a uma suposta Terceira Revolução Industrial.

Outro aspecto crucial é a consideração de que a crise estrutural não se manifesta igualmente nos países centrais e periféricos. Seguramente, a rediscussão do “*desenvolvimento desigual do capitalismo*” é um dos maiores desafios teórico-práticos dos movimentos sociais e das ciências econômicas e

sociais dos países periféricos um programa de pesquisa em que os Grupos de Trabalho da CLACSO poderiam ser valiosos. De fato, a análise da reestruturação produtiva não pode tomar como referência apenas os casos da Europa e dos EUA. Nos países periféricos, a situação é outra, dado o precário Estado Social. Atílio Borón, Ricardo Antunes e Vicentinho, nas conferências de abertura deste Seminário, captaram corretamente a situação em um plano geral, inclusive com base em indicadores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Banco Mundial, forçados a reconhecer em virtude da preocupação com as condições de *governabilidade* os terríveis custos do ajuste estrutural neoliberal nos países periféricos. Nas periferias, a exclusão social assume dimensão muito mais dramática, mantendo a maior parte dos seres humanos em uma situação liminar. O brutal *desassalariamento* (somente no período FHC foram extintos 3,3 milhões de empregos, conforme Mattoso, 1999) e a informalidade imposta à maior parte da força de trabalho na América Latina, como reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho, são medidas não apenas toleradas mas, antes, políticas deliberadas.

Ademais, o uso da noção de *globalização* corrobora o *revigoramento das ideologias salvíficas*. Com efeito, como Fernando Henrique Cardoso vem reiterando em diversas ocasiões, existem dois grupos de nações, aquelas que estão encaminhando os ajustes necessários para fazer parte da globalização e aquelas que estão resistentes ao processo: Às primeiras associa noções como progresso, bem estar e prosperidade, às segundas, associa pobreza, atraso e arcaísmo (Cardoso, 1996).

Sociedade Civil: Transição Democrática, Neoliberalismo e os Novos Movimentos Sociais

Os chamados novos movimentos sociais vicejam em um terreno que, se não é inédito, ao menos foi fortemente ressignificado: a sociedade civil. Para tornar pensável a extraordinária repercussão do *redescobrimto* da noção de Sociedade civil na América Latina, é preciso negar a sua condição de pressuposto e problematizá-la.

Preliminarmente, é imperioso ressaltar que se trata de um termo polissêmico e polêmico. Para compreender o seu conteúdo, mais do que buscar a ontogênese desta noção, é preciso captar o seu sentido operatório, concreto, nos embates sociais. Em outros termos, conforme Gramsci (1980), a sociedade civil deve ser concebida como o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico o que, segundo a leitura de Buci-Glucksmann (1980: p. 99), confere uma dupla dimensão ao conceito, a saber: por um lado, ele diz respeito às 'sociedades capitalistas', ou seja às condições de vida materiais, ao *sistema privado de produção*. Por outro lado, implica os aparelhos ideológico-culturais da

hegemonia, o aspecto educador do Estado”. Finalmente, não pode haver sociedade civil sem a determinação daquilo que constitui o seu fundamento: as relações de produção.

No caso da América Latina, pelo menos desde o final dos anos 1980, é preciso considerar a hipótese de que o uso desta noção - no período caracterizado como de “transição democrática” e, também, nos embates em favor do neoliberalismo - produziu significados que deixaram marcas em seu conteúdo. O conteúdo concreto deste termo está, portanto, impregnado das marcas deixadas por sua aplicação prática no campo político. A identificação destes sentidos, no campo político, é particularmente fecunda no exame das correlações de forças.

Na análise da correlação de forças, é crucial examinar as formulações elaboradas e socializadas, tanto pelos grupos subalternos, quanto pelos grupos dominantes. Neste último caso, visto neste item em maior detalhe, o encaminhamento da investigação requer a leitura de estudos de instituições e de intelectuais que, de alguma forma, estão organizando o campo hegemônico do neoliberalismo, por meio de escritos políticos veiculados pela imprensa especializada no mundo dos negócios, de documentos dos organismos internacionais dirigidos ao público e de estudos das ciências sociais latino-americanas voltados para a reforma do Estado, a *governabilidade*, e as políticas sociais das duas últimas décadas. Embora não seja possível empreender tal estudo com a minúcia necessária, dados os limites de escopo deste ensaio, a consideração dos documentos do Banco Mundial e de parte da literatura especializada, no período em tela (Leher, 1998), sugere que a revalorização e a aplicação da expressão “sociedade civil”, resulta evidentemente com importantes exceções de um movimento consistente de coalizão, formal ou informal, entre determinados “críticos do Estado autoritário”, dirigentes de governos militares e os neoliberais, irmanados na tese de uma *nova era* em que os antagonismos centrados nas contradições capital e trabalho não têm mais lugar.

Transição e conciliação

O hipertrofiamento da noção de sociedade civil e a sua ressignificação como uma noção desvinculada da esfera econômico-social fazem parte da mesma lógica que desune democracia e condições sócioeconômicas. Um importante economista que conhece de perto a realidade da região, Albert O. Hirschman, disse, a respeito da *transição*, que a democracia deve ser concebida não em termos das condições sócio-econômicas, mas nas atitudes políticas com respeito à democracia. Norberto Lechner, afirmou, por sua vez, a passagem da revolução à democracia, uma avaliação compartilhada pelo dirigente do PCI, E. Berlinguer que proclamou, a respeito da América Latina, após o Golpe de Pinochet:

esqueçamos o socialismo, contentemo-nos com a democracia (autores citados por Anderson, 1988: pp. 44 e 65).

A transição conservadora não apenas manteve intocado o modelo econômico construído no período ditatorial, como legitimou o propósito político dos regimes militares: o desmantelamento da oposição socialista. Adotando como referência o caso específico do Brasil, vale lembrar, rapidamente, as motivações dos militares com o golpe de Estado. Desde meados da década de 1950, o crescimento da organização popular, por meio de sindicatos (criação da Confederação Geral dos Trabalhadores e das Ligas Camponesas), forçou mudanças na indiferenciação ideológica do populismo, tornando-o cada vez mais sensível às teses da esquerda (inflexão do populismo em direção ao socialismo, nos termos de Anderson, 1988). Para reverter este quadro, agravado pelo sucesso da Revolução Cubana e pela crise econômica, os militares, com apoio da potência hegemônica, promoveram o golpe de Estado. Neste sentido, o ciclo de golpes militares na região tem de ser visto como um movimento de contra-revoluções preventivas, efetivadas para extirpar a esquerda que não se resignava ao capitalismo, em suma, para apagar o socialismo da agenda política da região. Entretanto, desde o início, os militares afirmaram que o objetivo do golpe era criar as condições para que a democracia pudesse ser restabelecida (defesa, em sintonia com os EUA, do *mundo livre*). Evidentemente, a violência inaudita empregada pelos regimes militares revela que tratava-se de uma redefinição da democracia, de modo que ficasse assegurado que os contestadores da ordem burguesa não mais exerceriam influência na vida política do país.

O modelo de transição no Brasil foi em linhas gerais muito próximo ao adotado pela ditadura de Franco, na Espanha. O “retorno à democracia” não poderia sequer arranhar a ordem edificada na ditadura. O PSOE de Felipe Gonzáles, conforme observou Anderson (1988: p. 62), “nem sequer pretende a implantação de uma república (para não falar do socialismo...) e exhibe a taxa de desemprego mais elevada de toda Europa ocidental”.

Também no Brasil a ditadura transformou os seus antigos adversários em seus agentes póstumos. Os setores populares e as organizações de esquerda foram excluídas da engenharia política que levou ao fim do regime militar. E, para isso, os conceitos e noções das ciências sociais foram fundamentais.

É possível afirmar que a resistência à ditadura opôs, durante muitos anos, de um lado, as organizações populares e, de outro, as entidades empresariais e a grande imprensa. Com a “abertura lenta, gradual e segura”, o termo “organizações populares” foi sendo paulatinamente apagado, inclusive pelas ciências sociais, que optaram pelo termo “sociedade civil”, uma expressão homogeneadora, indicativa de um consenso entre todos aqueles que se opunham ao “Estado autoritário” e que apaga a dimensão “relações de produção”. Concomitantemente, a ideologia neoliberal, robustecida com Reagan e Thatcher,

difundia o credo antiestatal. Estas duas claves - antiautoritarismo e neoliberalismo - gradualmente se imbricaram, deslocando o termo sociedade civil para o campo da ideologia dominante.

O terreno político foi redesenhado: o pomo da discórdia não estaria mais centrado no modelo econômico do governo militar, mas no “autoritarismo”. Com isso, o campo de conciliação foi redefinido. Mesmo aqueles que sustentaram o modelo econômico dependente e concentrador poderiam se credenciar como interlocutores da “transição”, desde que manifestassem apoio à redemocratização, uma conversão fácil, posto o esgotamento político-econômico dos governos militares e a pressão empreendida pela Comissão Trilateral em favor da *abertura* (Leher, 1998). Deste modo, poderiam ser evitados os embates direita e esquerda, capitalismo e socialismo, já anunciados como dicotomias moribundas. Este deslocamento conferiu legitimidade às frações das classes dominantes que aderiram às ditaduras e que se “convenceram” de que era hora de colocar um fim aos governos militares (exatamente para que os seus objetivos fossem preservados). Foi assentado nesta *legitimidade* que os mencionados grupos dominantes assumiram, de fato, a liderança do processo de *redemocratização*, deslocando para um lugar secundário as frações populares da sociedade civil, como os sindicatos, as entidades camponesas etc. Estes movimentos populares, apesar de terem sido decisivos para o enfraquecimento e o desgaste das ditaduras, não puderam se consolidar como força hegemônica. Em linhas gerais, as lideranças dos partidos da ordem, com o apoio das “outras frações” da sociedade civil, se impuseram como os “representantes da vontade popular”. Esta situação prevaleceu na maior parte dos países da região.

Um outro corolário das proposições do “autoritarismo” foi a crítica ao Estado centralizado, autoritário, burocrático e ineficiente. Esta crítica, em princípio passível de contar com a adesão de todos os que se opunham aos governos militares, foi habilmente assumida pela maior parte das frações dominantes já referidas, agora sintonizadas com o pensamento neoliberal. Argutamente, passaram a identificar o Estado com o burocratismo e a ineficiência, ao passo que a sociedade civil, pensada como esfera do livre mercado, foi exaltada como a melhor alternativa ao Estado ineficiente. Democracia e soberania do mercado passam a se equivaler. As reformas de “ajuste estrutural” estabelecidas pelo Consenso de Washington, por conseguinte, foram operadas em um ambiente ideológico em muito beneficiado pelas chamadas teorias do autoritarismo, entre as quais as de Fernando Henrique Cardoso, em *Autoritarismo e democracia* (1975).

Sociedade civil e neoliberalismo

No pensamento de Hayek (1998), bem como de dirigentes governamentais e de organismos internacionais como o Banco Mundial, o significado de “sociedade civil aberta, criadora e ativa” é construído em oposição ao “Estado burocratizado e ineficiente”, típico das economias com forte participação estatal (*welfare state*), aludindo a processos de participação na esfera do “livre mercado”.

A proposição neoliberal é ainda mais restritiva do que a proposta liberal que advoga a “universalização da cidadania”. Como se sabe, a cidadania confere a todos liberdade e igualdade formais. Todos somos iguais diante do Estado. No neoliberalismo, a igualdade é exercida no mercado (o Estado não deve interferir), conforme as *habilidades* e *competências* de cada um.

Em ambas perspectivas, cidadania liberal e neoliberalismo, não há lugar para as classes sociais. Os conflitos e lutas de classes são ocultados, pois as relações sociais de produção são abstraídas, a exemplo da noção ressignificada de sociedade civil. Ainda em comum, em ambas situações, ocorre uma clara delimitação entre, de uma parte, o Estado e, de outra parte, as relações sociais de produção ou, em outras palavras, entre o político e o econômico. Este tipo de proposição, como será visto adiante, tem seguimento com as obras de Habermas, que postula a desvinculação entre “sistema” e “mundo da vida”; e na de Giddens, que concebe a democracia como um campo de discurso. A desvinculação entre o econômico e o político pode ser vista como um aspecto do fetichismo das mercadorias. Como registra Holloway (1994: p. 111), as relações de produção se expressam em uma série de formas discretas que não se apresentam como formas de dominação de classe, mas como um conjunto de fenômenos interconexos: mercadorias, dinheiro, capital, renda, juro, Estado etc. As aparências fetichizadas, felizmente, não são absolutas. Como Marx demonstra n’ *O Capital*, o segredo das mesmas pode ser deslindado e, deste modo, ações políticas eficazes podem ser empreendidas. Com efeito, os mecanismos de submetimento ideológico, tais como a adaptação, inevitabilidade, deferência e medo não funcionam o tempo todo, como é possível constatar na luta dos Sem-Terra, dos Zapatistas, dos Desempregados nas províncias argentinas etc.

Movimentos da sociedade civil: novos e tradicionais

Na óptica dominante, ao longo da década de 1990, os *novos* movimentos da sociedade civil se caracterizam pela incorporação da crença no fim da centralidade do trabalho na vida social. Esta perspectiva, é compartilhada, em um primeiro olhar, de forma paradoxal, pelos neoliberais e pelos críticos da sociedade do trabalho, como Claus Offe (1989) e Jürgen Habermas (1997), entre outros. Uma característica indelével destes movimentos, em decorrência da

ressignificação do conceito de sociedade civil, é que seu *locus* encontra-se desvinculado da dimensão econômico-social. São movimentos que, na concepção de um dos principais ideólogos da “terceira via”, Anthony Giddens (1997), estão mobilizados para a auto-ajuda e por temas como feminismo e ecologia, questões que, em síntese, contribuem para a flexibilidade local e global, abrindo espaços para o diálogo público a respeito dessas questões.

Assim, os *novos* movimentos sociais, em especial as Organizações Não Governamentais (ONGs), indicam novas identidades, valores e interesses capazes de articular a subjetividade como a etnia, o gênero, a opção sexual, a religião, a nacionalidade, o meio ambiente, entre outros. Visto a partir do ângulo do pensamento hegemônico, a resposta à indagação de Gorz: “Adeus ao proletariado?” é, indubitavelmente, positiva. Este pensamento institui uma forte dicotomia (passado *versus* futuro) entre, de uma parte, os movimentos sociais organizados relacionados com o trabalho e, de outra parte, os *novos movimentos sociais*. Os primeiros adotam categorias e conceitos totalizantes, buscam soluções sistêmicas que implicam ruptura com o modo de produção capitalista. Os últimos, ao contrário, são pragmáticos e *pouco* ideológicos. Os movimentos *realmente* novos buscam mudanças pontuais, *concretas*, nas políticas de governo (um processo denominado de focalização), não aspirando, *felizmente*, a mudanças capazes de levar a rupturas. Outro aspecto igualmente elogiável, ainda na ótica dominante, é que estes movimentos muitas vezes se colocam na condição de “parceiros” do Estado na implementação de determinadas políticas, contribuindo, desta forma, para a *despolitização* das mesmas e, por conseguinte, para o desmantelamento do *ineficiente* Estado keynesiano. A sociedade, nesta concepção, é apenas um conjunto de grupos de interesse desprovidos de qualquer identidade capaz de articular uma transformação global; ao contrário, os valores unificadores são os mesmos da empresa capitalista: flexibilidade, competitividade etc.

A ressignificação de sociedade civil tem como desdobramento o estabelecimento de movimentos sociais de outro tipo. Com efeito, em seu sentido mais comum atualmente, esta noção apaga as diferenças de classe, as contradições, servindo para atenuar as tensões sociais e, por conseguinte, as lutas de classes. Não resta dúvida de que a nova direita tem sabido articular o potencial anti-Estatal que a resistência à intervenção burocrática do Estado tem historicamente criado. As campanhas em prol da privatização da telefonia no Brasil são um exemplo disso.

Na leitura dos críticos da sociedade do trabalho, a revolução tecnológica e a emergência da globalização abriram novas perspectivas para os movimentos sociais, pois colocaram em relevo outras formas de articulação da subjetividade, como as já mencionadas acima. O fim da centralidade do trabalho e da regulação fordista-keynesiana, formas que hipertrofiaram a intervenção estatal, estariam

abrindo novas perspectivas para os movimentos sociais. Em vez de mais intervenção do Estado, a meta seria a criação de *esferas públicas* não estatais, esferas de *autodeterminação* e de *autogestão* para os indivíduos e os cidadãos. Deste modo, o busfils da questão não seria estatal *versus* privado, mas entre o público e o privado. Possivelmente, isto explica o motivo pelo qual a luta contra as privatizações tenha sido encaminhada pelos *movimentos tradicionais*, como os descritos a seguir.

Após os primeiros anos do governo militar, aos poucos, o movimento sindical brasileiro ou, mais concretamente, frações deste movimento, se organizaram em novas bases, em torno dos eixos autonomia e democracia que viriam a caracterizar o movimento denominado de “novo sindicalismo” (uma noção imprecisa que oculta diferenças hoje melhor evidenciadas na principal central sindical da esquerda brasileira, a Central Única dos Trabalhadores, mas que sinalizou uma orientação contra o *sindicalismo de Estado*).

Na década de 1990, esta Central, apesar da posição “propositiva” da corrente majoritária, articulação sindical, opôs forte resistência às políticas neoliberais, assumindo a luta contra as reformas administrativa e da previdência. Esteve na liderança das lutas contra as privatizações, em especial contra a privatização da Vale do Rio Doce, da telefonia, do setor petroquímico e do sistema bancário estatal. É preciso registrar, entretanto, que as divisões no movimento sindical e, em especial, a conduta ambígua da direção majoritária, notadamente no período iniciado por Fernando Henrique Cardoso, repercutiram negativamente na mobilização, bastante modesta, incapaz de reverter o quadro.

Um exemplo da orientação propositiva que desmobilizou a central e contribuiu para o avanço das reformas neoliberais foi a decisão, de iniciativa da articulação sindical, de que a CUT não deveria se posicionar contra as reformas neoliberais apresentadas pelo Governo no Congresso, mas apresentar as suas propostas para as reformas. Esta decisão levou a CUT a negociar a reforma da previdência com o governo, fato amplamente festejado pela mídia, mas que não resultou em nenhum avanço para os trabalhadores; ao contrário, o Governo fez a “sua” reforma independentemente da CUT, reforma esta que prejudicou fortemente os trabalhadores informais (que constituem a maioria dos trabalhadores brasileiros), ampliou o tempo de contribuição, reduziu os benefícios, enfim, promoveu reforma desastrosa para o trabalho, desmoralizando a estratégia propositiva. A partir de 1997, a Central voltou, aos poucos, a uma orientação mais independente e crítica, certamente influenciada pelo crescimento de movimentos como a Marcha da Terra, pelas demissões dos metalúrgicos do ABC (região da Grande São Paulo, com forte concentração da indústria automobilística, hoje a principal base dos dirigentes propositivos) e, mais recentemente, pela greve nacional dos docentes das universidades federais, a maior greve do primeiro mandato de Cardoso, com vitória parcial dos professores

e pela Marcha dos Cem Mil (Brasília, 1999), uma iniciativa de diversos movimentos populares que logrou forte impacto na sociedade brasileira.

Não casualmente, a agenda desses movimentos, centrada na defesa dos direitos sociais, é denunciada pela grande imprensa e pelo governo como *corporativista*. De fato, pleno emprego, trabalho regulamentado, seguridade social e educação, enfim, as medidas inclusivas, são redefinidas como práticas que beneficiam a ineficiência e que tolhem a energia criadora dos indivíduos. Em poucas palavras, na América Latina, a agenda sindical seria *populista*, algo deletério, pois, à semelhança do período pré-golpes, o populismo poderia se desdobrar em políticas anti-neoliberais com amplo apoio popular, como ocorre atualmente na Venezuela, no governo Chaves. Este processo, na ótica dominante, pode contribuir para recolocar o socialismo na agenda política da região.

Como já salientado, com as reformas neoliberais e, em virtude de sua *boa* mentalidade, os centros de poder têm buscado uma aproximação com os *novos* movimentos sociais, tanto em nível internacional (o Banco Mundial inseriu as ONG's em sua dinâmica mundial de operações), como em nível nacional. São diversas as iniciativas governamentais neste sentido, somente para ficar restrito ao campo educacional: desde a alfabetização de jovens e adultos (Comunidade Solidária, no Brasil), passando pela “adoção” de escolas públicas pelo *terceiro* setor, até a formação profissional (aqui os parceiros privilegiados são os sindicatos, ONGs e o terceiro setor). O chamamento à participação da sociedade civil é, neste sentido, coerente com a redefinição do papel do Estado. No que concerne ao Bem Estar Social, o Estado deve ser encolhido em *benefício* da sociedade. No mesmo movimento de fragmentação das políticas sociais públicas temos o fortalecimento das ONG's e do chamado “terceiro setor”, anunciado como uma das alternativas para o desemprego estrutural dos setores produtivos, não importando se a ONG depende de recursos estatais ou de fundações e entidades que têm como fonte de recursos o fundo público, ou se o “terceiro setor” seja, conforme propõe Ricardo Antunes (1999: p. 112), “consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir trabalho *vivo* e ampliar trabalho *morto*” e uma “alternativa *limitadíssima* para repor as perdas de postos de trabalho”. Neste sentido, o termo sociedade civil encobre as diferenças radicais entre as organizações vinculadas aos movimentos populares e as vinculadas às classes dominantes, em especial por meio do financiamento de intelectuais *flexíveis* a partir de recursos de fundações internacionais vinculadas às grandes corporações (ver texto de Gohn discutido neste Seminário).

Autonomia, Descentralização e Esfera Pública

Esta seção parte do exame da autonomia. Inicialmente, propõe que esta noção não é estranha ao pensamento liberal e que a sua recente valorização é coerente com o neoliberalismo, pois faz parte do núcleo sólido desta formulação. As políticas de descentralização, conforme o ponto de vista aqui adotado, são um desdobramento prático da autonomia. O conceito de esfera pública, embora intimamente vinculado às duas noções indicadas, será vista em um item específico desta seção, em conexão com o conceito de *mundo da vida*, elaborado por Habermas e propagado pelos adeptos da *terceira via*.

A autonomia pode ser facilmente incluída entre as palavras-chaves do léxico neoliberal. A leitura dos documentos de política educacional do Banco Mundial, da Unesco e da CEPAL, elaborados na última década, atesta o fato. Pode parecer inusitado, mas o exame das proposições de von Hayek no famoso Simpósio de Alpach “Além do Reduccionismo”, realizado em 1969, nos permite compreender que existe uma íntima relação entre o liberalismo e os temas da auto-organização e da autonomia. Com efeito, neste tipo de formulação, a ordem social espontânea e a possibilidade de auto-equilíbrio do mercado compõem o *núcleo sólido* do pensamento neoliberal. Toda interferência externa é vista como produtora de perturbações que estariam na origem dos desequilíbrios econômicos do presente. A autonomia defendida pelos teóricos do neoliberalismo é equivalente à soberania do indivíduo no mercado (Leher, 1999).

A descentralização é uma medida inscrita na lógica da autonomia. Em um primeiro momento, responsabilidades da União são repassadas para os estados e municípios, a pretexto de aproximar a gestão da verba da população usuária (Boito Jr., 1999: p. 82). Usualmente, o Executivo Federal se desobriga total ou parcialmente do custeio dessas políticas. Um exemplo contundente, no Brasil, é o estabelecimento do Fundo Nacional de Manutenção e Valorização do Magistério (Fundef) praticamente constituído por verbas municipais e estaduais. O passo seguinte, observado em países como o Chile, é a completa transferência do “serviço” para a “comunidade”. O poder de estabelecer as políticas mais relevantes está, cada vez mais, concentrado no Governo Federal, entretanto, este, por meio da descentralização, se desresponsabiliza de funções que eram direta ou indiretamente de sua alçada, como a educação básica, hoje vista como atribuição quase que exclusiva das unidades federativas (estados) e dos municípios - esferas enfraquecidas pela corrosão do pacto federativo, em virtude da concentração de receitas e do poder normativo na União. É importante frisar que a supremacia do poder Federal é coetânea com a descaracterização da Constituição Federal, a base do sistema federativo.

Em consonância com esta perspectiva, um conjunto de mudanças na forma de atuação do Estado na área educacional são perceptíveis, em linhas gerais estas novas orientações são denominadas de descentralização. Um traço bem delineado

nos anos 1990 é a redefinição do próprio espaço de atuação dos movimentos, redesenhado em escala reduzida, como, por exemplo os conselhos municipais de educação, geralmente com maioria governamental e com reduzido poder sobre as grandes orientações educacionais e sobre os conflitos redistributivos, e os conselhos de escolas, de âmbito ainda mais pontual. Mesmo as grandes orientações nacionais para o setor (currículos, avaliação etc) são configuradas por conselhos com composição, atribuições e critérios de nomeação estabelecidos pelo próprio governo. Com isso, aparentemente novos espaços de participação estariam sendo consolidados (o que para alguns seria indicativo do fortalecimento da esfera pública). O exemplo mais preocupante desta estratégia é o Conselho Nacional de Educação, atualmente a principal instância de sistematização das políticas educacionais neoliberais brasileiras.

Na política de descentralização, o pressuposto é a manutenção do centro político; apenas o já decidido é executado localmente, preferencialmente com a participação de determinada sociedade civil. A hegemonia do poder central na tomada de decisões é mantida. Em outras palavras, no sistema descentralizado, está pressuposto um “centro” de poder que deve estar protegido (Dallari, 1986). Assim, apesar de se desobrigar financeiramente do ensino básico, em particular em virtude da Emenda Constitucional nº 14 (e de sua regulamentação na Lei 9424/96), a União não abre mão do controle político-ideológico da educação nacional, por meio da avaliação (Exames Nacionais do Ensino Básico, Médio e Superior), do currículo (PCN) e da formação do professor (Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação). A hipertrofia do Estado Federal o leva a se imiscuir também nos assuntos internos das universidades, afrontando a autonomia constitucional destas instituições (uma autonomia distinta da preconizada pelos neoliberais, mais próxima à preconizada pelo ideário iluminista de Humbolt).

Deste modo, a propalada democratização do setor público por meio do envolvimento das ONGs e associações de ajuda mútua, tem criado antes uma aparência de participação democrática e logrado, inclusive, cooptar direções de movimentos populares. Na interpretação de Boito Jr. (1999: p. 83): “a grande maioria das ONGs têm desempenhado em toda América Latina o papel de auxiliares na aplicação do neoliberalismo. Essas organizações mudaram de caráter. Na década de 1970, foram organizações que auxiliaram na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul. Ao longo dos anos 80 (...) abandonaram a função de organizar ou subsidiar a luta operária e popular”. A brutal expansão de ONGs se deu por meio de “financiamento por entidades empresariais, políticas e religiosas dos países imperialistas. É uma espécie de retrocesso à filantropia do século XIX, que fora superada pelo Estado de bem-estar” (Ibid: p. 83-84).

Outro aspecto a enfatizar a propósito da descentralização e do correspondente envolvimento dos *novos* movimentos sociais é a política de

focalização. Permanecendo no campo da educação, é fácil demonstrar que políticas neoliberais têm como foco não a universalização do ensino público em todos os níveis, mas apenas a educação rudimentar, minimalista, definida como uma política capaz de “aliviar” a *pobreza para garantir adequada governabilidade*. No caso do Brasil, conforme assinala Gohn em texto deste Seminário, a reestruturação tem sido encaminhada por meio de uma “reengenharia” do setor, expressa, mais fortemente, na municipalização do ensino fundamental, na focalização na população de baixa renda e na desconcentração participativa (delegação de atribuições ao terceiro setor, por exemplo).

Um dos argumentos mais reiterados pelo Banco Mundial e pelos Governos neoliberais a favor da descentralização, da municipalização e da maior autonomia às escolas é que além de torná-las mais eficazes e eficientes, tais medidas permitem uma maior democratização do Estado devido à ampliação da participação da comunidade (escolar, nos termos de Gohn). Uma forma de efetivar esta participação é o estabelecimento de parcerias. No entanto, os parceiros preferenciais são as entidades chamadas de “terceiro setor”, ditas capazes de constituir uma “esfera pública não estatal”, configurando o que Habermas chamou de “mundo da vida”.

Os movimentos dos subalternos e, em especial, as suas formas de organização propriamente econômico-política, como os partidos e os sindicatos, são interditados. A não ser na condição de “parceiros” – aqui compreendidos os sindicatos dispostos a colaborar *madura e responsavelmente* com as reformas. Neste caso, os governos, mesmo os da direita, são acometidos por súbita generosidade. Logo são disponibilizadas verbas públicas para os sindicatos para que estes funcionem como uma entidade do *terceiro setor*. Uma parte bastante modesta das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT (mas não negligenciável em termos absolutos, dado o montante do Fundo, algo em torno de US\$ 25 bilhões), tem sido prodigamente distribuída para os sindicatos para que estes ofereçam cursos de formação profissional que, a despeito de experiências isoladas extraordinárias, têm: a) rompido a unidade da luta em favor da escola unitária; b) descaracterizado o uso das verbas deste Fundo, originalmente previsto para o custeio do salário-desemprego e atualmente alvo de recorrentes denúncias de corrupção; c) reduzido o potencial de contestação dos sindicatos; e d) contribuído para a crença de que o desemprego decorre da falta de qualificação dos trabalhadores. Também aqui o argumento legitimador é a constituição da esfera pública não estatal capaz de configurar o *mundo da vida*.

Mundo da vida, Sistema e Esfera Pública

Em sua teoria da modernidade, Habermas adota como categorias básicas o *mundo da vida* e o *sistema*. Esta teoria desvincula o mundo sistêmico (organização econômica e política da sociedade, esferas que têm como meios de

controle o trabalho, o dinheiro e o poder) e o “mundo da vida” (*Lebenswelt*). Nesta última esfera, comunicacional, intersubjetiva, “a política, esvaziada pelos tecnocratas e rotinizada pelos aparelhos, voltaria às ruas, transformando-se em coisa de todos” (Freitag, 1990: p. 151). As relações econômicas, orientadas pela *razão instrumental*, “funcionariam sob o controle da maioria com bases num consenso comunicativamente estabelecido e a qualquer momento negociável” (Ibid, p. 151). A possibilidade de negação do pensamento dominante estaria assegurada por meio de “procedimentos sociais de busca da verdade e da fixação de normas, seria institucionalizada como instância de problematização permanente”. Nesta esfera, a linguagem assume papel de destaque, pois “seriam ativados os potenciais de racionalidade comunicativa na linguagem e na interação, para que cada indivíduo pudesse participar, cognitiva e praticamente, desse grande processo de recuperação e descolonização do mundo vivido” (Ibid, p. 152). Prosseguindo com a caracterização, o *mundo da vida* “é o lugar transcendental onde o que fala e o que ouve se encontram, onde eles podem reciprocamente colocar a pretensão de que suas declarações se adequam ao mundo (...) e onde eles podem criticar e confirmar a validade de seus intentos, solucionar seus desacordos e chegar a um acordo” (Antunes, 1999: p. 147).

Em inspirado ensaio, Ricardo Antunes (1999: p. 129) chama a atenção para os pressupostos da formulação habermasiana que o leva a disjunção binária entre o “sistema” e “mundo da vida”. Um dos pilares da argumentação do pensador alemão é a desvinculação entre trabalho imaterial (visto por Habermas como dimensão da esfera comunicacional, dissociada da esfera instrumental do sistema) e material. Antunes discorda deste ponto de vista, pois, mesmo quando mais centrado na esfera da circulação, o trabalho imaterial interage com o mundo produtivo do trabalho material e encontra-se aprisionado pelo sistema de metabolismo social do capital. Em suma, o mundo da vida e o sistema não são subsistemas que possam ser separados entre si, mas são partes integrantes e constitutivas da totalidade social que Habermas, sistêmica, binária e dualisticamente secciona” (Antunes, 1999: p. 158). Prosseguindo com sua análise, Antunes (op.cit.: p. 155) observa que a “disjunção operada entre esses níveis, que se efetivou com a complexificação das formas sociais, levou o autor (Habermas) a concluir que a utopia da idéia baseada no trabalho perdeu seu poder persuasivo (...). Perdeu seu ponto de referência na realidade”.

As implicações políticas destas proposições são de enorme monta. Para Antunes (op.cit. p. 155), Habermas acredita que “as condições capazes de possibilitar uma vida emancipada não emergem diretamente de uma revolucionarização das condições de trabalho”, isto é, da transformação do trabalho alienado em uma atividade autodirigida” (Habermas, 1989: pp. 53-54, *Apud*, Antunes, 1999). A consequência, prossegue Antunes (*Ibid*), é que, em Habermas, a centralidade transferiu-se da esfera do trabalho para a esfera da ação comunicativa, onde se encontra o novo núcleo da utopia.

A noção de democracia como um campo de discurso (esfera da ação comunicativa) em vez de uma arena de interesses em geral, também é defendida por Giddens (1997). Conforme Perry Anderson (1997: p. 62), esta perspectiva está “identificada com a obra de Habermas, onde ela assume uma forma mais sistemática. Ela germina em seu estudo da nova esfera pública dos principais Estados Europeus no século XVIII, composta dos periódicos, clubes, cafés e bibliotecas circulantes de uma cultura civil emergente, no invólucro de uma sociedade ainda aristocrática”. Estas novas formas de socialização, constituíram-se na “semente do diálogo desinteressado sobre assuntos de preocupação comum, que Habermas posteriormente desenvolveu em uma teoria mais geral da razão comunicativa - em oposição à ‘instrumental’ ou estratégica - modelada no diálogo” (Ibid).

Entretanto, conforme salientam Anderson (1997), Antunes (1999) e Sábato (1999), a transposição deste conceito para a realidade prática da sociedade de classes requer cuidados. A “situação ideal de discurso”, em que argumentos podem ser trocados em perfeita igualdade e boa vontade, os menos convincentes rendendo-se aos mais persuasivos, somente poderia ocorrer porque o diálogo se desenvolvia no interior de um grupo mais ou menos uniforme - e necessariamente restrito - e porque ele não avançava na política. O “*Ancien Régime*, na França, Alemanha ou alhures, não cedeu à força do melhor argumento: ele caiu sob os duros golpes do conflito social” (Anderson, 1997: p. 62). Em termos de Marx: “era a ‘artilharia das mercadorias’ que convenceria o mundo da verdade do capital” (Anderson, 1997: p. 62). Em suma, a política permanece eminentemente estratégica: não uma troca de opiniões, mas uma disputa pelo poder (Ibid, p. 63).

Embora sem poder empreender uma análise mais completa da importância do conceito de esfera pública na obra de Habermas, é necessário aprofundá-lo em certos aspectos, vinculando-o aos conceitos de sistema e mundo da vida. O exame da argumentação de Habermas elaborado a partir de “*Direito e Democracia: entre factividade e validade*” (1997/1992), especialmente do capítulo VIII (O papel da sociedade civil e da esfera pública).

Os conceitos estruturadores *mundo da vida* e *sistema* fundamentam a análise de Habermas a propósito da esfera pública. A esfera pública, conforme Habermas (1997: p. 91):

é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade. Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados no contexto parlamentar.

Um pouco adiante, Habermas (op.cit.: p. 92) especifica:

a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a *compreensibilidade geral* da prática comunicativa cotidiana.

Um aspecto crucial, tendo em vista suas implicações políticas, diz respeito ao modo de interação desta esfera com os problemas políticos concretos. Diz Habermas:

A esfera pública não se especializa (...), por isso, quando abrange questões politicamente relevantes, ela deixa ao cargo do sistema político a elaboração especializada. A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da *comunicação* cotidiana (Habermas, op.cit.: p. 92).

Não sendo uma instituição, como designar esses “encontros” comunicativos? Habermas (*Ibid*: p. 93) propõe “metáforas arquitetônicas” como “foros”, “palcos”, “arenas” etc. Estes espaços, é importante frisar, não são deliberativos. As decisões continuam reservadas a instituições que tomam resoluções (*Ibid*: p. 94). Na esfera pública, “as manifestações são escolhidas de acordo com temas e tomadas de posição pró ou contra; as informações e argumentos são elaborados na forma de opiniões focalizadas. Tais opiniões enfeixadas são transformadas em opinião pública através do modo como surgem e através do amplo assentimento de que gozam” (*Ibid*: p. 94). O pressuposto que as “instituições que tomam as decisões” estão mais dispostas a escutar a “opinião pública” do que os grupos de pressão do capital é, no Brasil, uma aposta arriscada. A troca de votos por benesses governamentais, o pertencimento de parlamentares a seitas religiosas particularistas, a vinculação de membros do parlamento com o crime organizado e a compra e venda de votos, não recomendam o jogo.

Também aqui a crítica de Antunes (1999) à disjunção entre mundo da vida e sistema é pertinente. Em uma sociedade em que a exclusão assume feição estrutural, a desconexão entre o mundo do trabalho e a participação do sujeito social na esfera pública torna-se demasiadamente artificial e implausível. A própria existência de “uma” esfera pública deve ser problematizada. A brutal concentração dos meios de comunicação, a escolarização e o desenvolvimento desiguais que fazem com que tempos históricos desiguais estejam em permanente tensão, configuram uma situação em que dificilmente a esfera pública no sentido

habermasiano pode vicejar. Em um quadro em que a razão instrumental está presente em todas as esferas da vida, não há como ignorar o peso das ideologias dominantes na criação de disposições, valores e formas de ver e sentir o mundo.

A existência de uma esfera pública, onde todos podem falar e ser ouvidos, não demanda apenas o domínio de uma linguagem natural. Requer muito mais do que isto, conforme o próprio Habermas parece reconhecer em “Para a Reconstrução do Materialismo Histórico” (1990). Neste trabalho, a constituição do *Eu* competente, descentrado, é visto como um processo em que as condições de socialização fazem diferença. A escolarização e a participação em espaços capazes de promover a competência linguística e a descentração estão estritamente relacionados às condições de classe social. Ou será que, em um país como o Brasil, estes direitos não estão, em absoluto, relacionados ao lugar que cada grupo ocupa no mundo do trabalho? O que dizer das mais de 600 mil crianças entre cinco e nove anos de idade, 3,9 milhões de crianças e adolescentes entre dez e catorze anos e cinco milhões de adolescentes entre quinze e dezessete anos que estão submetidos à violência do trabalho embrutecedor, totalizando 9,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando (dados de 1993 compilados por Boito Jr., 1999)? O que dizer do crescimento das diversas formas de trabalho compulsório?

Tampouco as soluções dos conflitos distributivos da riqueza social serão resultantes de confrontações discursivas, baseadas no melhor argumento, isentas de confrontos sociais concretos. A rigor, face à exclusão social, os miseráveis sequer são escutados enquanto sujeitos, a não ser quando organizados em *instituições políticas* como, por exemplo, os camponeses despossuídos do Movimento dos Sem-Terra. Os assassinatos de lideranças camponesas, de moradores dos bairros periféricos e de dirigentes sindicais atestam o quão longe estamos da “democracia discursiva”.

Hilda Sabato (1999), assevera, por sua vez, que a constituição de “uma” esfera pública na América Latina não encontra rigoroso suporte histórico. Não apenas em termos temporais, mas também em termos de escopo. De fato, o processo de edificação da esfera pública na Europa do século XVIII, descrito por Habermas, somente pode ser encontrado - de forma parcial e fragmentária - na segunda metade do século XIX. Além disso, esta não conheceu a mesma difusão da europeia, pelo menos na maior parte da região, permanecendo restrita às camadas mais privilegiadas da população. Finalmente, a esfera pública, em seus primórdios, esteve significativamente afastada da esfera política, pois esteve praticamente restrita a periódicos literários, cafés e espaços similares.

Contradição em Movimento: Movimentos Sociais em Defesa do Ensino Público

Por meio do entrelaçamento das críticas aos pressupostos que tentam legitimar a emergência de *novos* movimentos sociais, desvinculados do mundo do trabalho, este estudo tem a expectativa de ter contribuído para conferir atualidade aos movimentos que, operando as contradições de classes, buscam transformações no mundo do trabalho para a *emancipação* da sociedade futura. Com este propósito, estes movimentos, institucionalizados ou não, plantam hoje, por meio da luta em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, as sementes da educação tecnológica, para utilizar a bela síntese de Marx a respeito da educação do futuro. São grupos de mulheres do Movimento de Educação da Zona Leste de São Paulo, Associações de Pais e Mestres, Sindicatos dos Trabalhadores em Educação, Núcleos de Educação dos partidos de esquerda, que sabem, sentem, vivem, na carne, as contradições advindas da assimetria entre a riqueza socialmente produzida, por meio do trabalho, e as condições materiais e espirituais de vida. O drama da *pobreza* não é apenas decorrente dos baixos salários, mas da educação focalizada, minimalista, somente capaz de produzir aberturas para o futuro pelo compromisso ético-político de sujeitos nas salas-de-aula, nos movimentos religiosos, no âmbito familiar, etc. Estes movimentos, alguns deles desde os anos 1950, forjaram, na difícil luta coletiva contra governos muitas vezes truculentos, edificar um sistema público de ensino, ainda sequer universalizado, mas que já se encontra perigosamente ameaçado pelas políticas neoliberais.

Essas lutas, características da “classe-que-vive-do-trabalho”, conforme a feliz argumentação de Antunes (1999), estão sendo paulatinamente apagadas. E, com isso, os seus sujeitos estão sendo submetidos ao silêncio e ao esquecimento. Em seu lugar, o pensamento dominante anuncia como seus *parceiros* os “novos” movimentos sociais, caracterizados como “terceiro setor” ou ONG, vistos como expressão da vivacidade da sociedade civil – liberta de um passado de confrontação de corte classista. De acordo com as ideologias dominantes, configuram, discursivamente, esferas públicas em que os conflitos podem ser solucionados com base no melhor argumento. O vetor discursivo é o entendimento.

Arcaicos e modernos, entretanto, invertem os papéis. Os movimentos sociais tradicionais, capazes de empreender uma luta do alcance dos Congressos Nacionais de Educação (CONED), hoje o principal espaço público de discussão e defesa da educação pública, são rotulados de arcaicos, mesmo propondo uma agenda educacional radicalmente moderna, republicana, laica. Inversamente, os novos movimentos, qualificados como modernos, defendem uma agenda educacional arcaica, que vincula a educação a interesses particularistas, submete a escola ao pensamento único, reinventam formas anacrônicas de filantropia, corroem as bases do que seria a esfera pública tão exaltada.

A crítica ao suposto caráter corporativista dos sindicatos, elaborada por parte de setores da esquerda próximos a *terceira via* é, de certo modo, surpreendente. Não apenas os sindicatos estão entre as principais entidades responsáveis pela existência de um sistema público de ensino na América Latina, como têm sido uma referência para a preservação de princípios educativos republicanos em sociedades tensionadas por tempos históricos onde a ruína da escola pública moderna é uma das possibilidades. O questionamento da ênfase na pauta econômica, por parte dos sindicatos, contém inequívocas marcas *economicistas*. Gramsci (1980) nos mostra a dialética entre as pautas econômico-corporativa, econômico-política e ético-política. Indubitavelmente, a pauta econômica hoje se reveste de um caráter político de fundo, pois atinge o âmago das políticas neoliberais, prisioneiras (e artífices) da voluptuosidade do capital financeiro. A reivindicação da responsabilidade do Estado com a manutenção e o desenvolvimento do ensino público é, neste contexto, uma insígnia radical e fecunda. Os desdobramentos dilacerantes do desenvolvimento desigual do capitalismo não podem ser esquecidos. A pauperização dos docentes e o processo de objetivação/ fetichização que o capital impõe ao trabalho pedagógico estão inscritas em uma reestruturação que prevê a perenização da condição cultural dependente, expressão simbólica da condição capitalista dependente investigada por Florestan Fernandes. Em termos mais genéricos, os movimentos sociais anti-capitalistas, entre os quais se encontram muitos sindicatos, estão em confronto com esta política.

As virtualidades dos movimentos sindical e popular, entretanto, não podem servir de lente para ocultar a crise em que vivem estes movimentos. Inegavelmente, os movimentos sociais empenhados em construir a hegemonia dos subalternos estão em crise, há redução do número de sindicalizados em importantes categorias (embora não no setor educacional), a participação nas ações políticas conhece revezes, alternando momentos de forte mobilização e desmobilização; afinal, o capital promove a sua vingança em relação às conquistas do trabalho. Evidentemente, existem motivos de ordem propriamente político-sindical, algumas delas apontadas na seção anterior. Por isso, práticas têm de ser repensadas. A democratização radical das entidades ainda é um processo incerto. A “assimilação passiva à ordem” infelizmente requer a verticalização da estrutura sindical, ampliando o hiato entre o núcleo dirigente e a base, afastando a última da direção. As políticas “propositivas” precisam ser mais amplamente discutidas pelas entidades de base e não podem comprometer a autonomia sindical. A ampliação do conceito de classe trabalhadora como “classe-que-vive-do-trabalho” tem que ter consequências para a organização das entidades, como a inclusão dos excluídos (desempregados, trabalhadores precarizados etc) e dos setores ditos minoritários (mulheres, índios, negros, homossexuais etc). Igualmente, é preciso ousar no estabelecimento de eixos de luta que questionem o âmago do capitalismo e anunciem, *in nuce*, a economia

política do socialismo, como a transformação da natureza em mercadoria, a objetivação da educação, da ciência e da tecnologia, a fetichização das relações de produção e das forças produtivas etc. O presidente da CUT, em sua exposição neste Seminário, indicou mudanças positivas a este respeito, embora ainda débeis, como uma maior preocupação com a qualidade de vida, com o meio ambiente, com a participação das mulheres e com as etnias historicamente discriminadas. Estas breves indicações atestam o vigor ético-político de entidades que historicamente foram (e ainda são) pilares da modernidade. Foi nos sindicatos que as mulheres e os homens que vivem do trabalho construíram - a suor e sangue - os valores ético-políticos que estão no cerne da modernidade.

Após a expansão de uma série de movimentos multiculturalistas (muitos deslizarão para o racismo e exercitam a intolerância) e, sobretudo, do crescimento sem precedentes do terceiro setor, cabe indagar: onde um trabalhador comum pode se reunir com os seus companheiros, falar e ser escutado, com o objetivo de politizar o espaço público? É forçoso reconhecer que, na maior parte dos países, ainda hoje, os sindicatos e movimentos populares como o MST no Brasil e os Zapatistas no México, são uns dos poucos espaços públicos em que é possível reivindicar as transformações necessárias à vida e organizar a luta em favor de valores ético-políticos universais, livres da fetichização e da objetivação da vida.

Bibliografia

- Alliez, Eric (1991) *Tempos capitais- relatos da conquista do tempo* (São Paulo: Siciliano).
- Althusser, Louis (1968) *Lire le Capita* (Paris: Libraire François Maspero) 2 Vols.
- Amin, Samir (1996) *Les défis de la mondialisation* (Paris: L'Harmattan).
- Anderson, Perry (1988) "Dictadura y democracia en América Latina", em *Fichas Tematicas de Cuadernos del Sur* (Buenos Aires: Editorial Tierra del Fuego).
- Anderson, Perry (1997) *Poder, política e o iluminismo*, em Miliband, David (org.) *Reinventando a esquerda* (São Paulo: Unesp).
- Antunes, Ricardo (1999) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo).
- Boito Jr., Armando (1999) *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (São Paulo: Xamã).
- Brenner, Robert (1999) "A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão", em *Outubro* (São Paulo: IES) Nº 3.
- Buci-Glucksmann, Christinne (1990) *Gramsci e o Estado* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Cardoso, Fernando Henrique (1975) *Autoritarismo e democracia* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Cardoso, Fernando Henrique (1996) "Consequências da globalização", em *Folha de São Paulo* (São Paulo) 28 Janeiro.
- Dallari, Dalmo de Abreu (1986) *O Estado federal* (São Paulo: Ática).
- Duménil, Gérard & Lévy, Dominique (1996) *La dynamique du capital- un siècle d'économie américaine* (Paris: PUF).
- Freitag, Barbara (1990) *A teoria crítica: ontem e hoje* (São Paulo: Brasiliense).
- Giddens, Anthony (1997) "Admirável mundo novo: o novo contexto da política", em Miliband, David (org.) *Reinventando a esquerda* (São Paulo: Unesp).
- Gramsci, Antonio (1980) *Maquiavel, a política e o estado moderno* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

- Hanson, Stephen E. (1997) *Time and revolution* (North Carolina: The Univ.of North Carolina Press / Chapel Hill & London).
- Habermas, Jürgen (1990) *Para a reconstrução do materialismo histórico* (São Paulo: Brasiliense).
- Habermas, Jürgen (1997) *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume II (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro).
- Hayek, Friedrich A (1998) “Os princípios de uma ordem social liberal”, em Crespigny, Anthony de & Cronin, Jeremy (eds.) *Ideologias políticas* (Brasília: Editora da UnB).
- Hengstenberg, Peter; Kohut, Karl & Maihold, Günther (editores) (1999) *Sociedad civil en América Latina: representación de intereses y gobernabilidad* (Caracas: Nueva Sociedad).
- Hirst, Paul & Thompson, Grahame (1998) *Globalização em questão* (Petrópolis: Vozes).
- Holloway, John (1994) “Marxismo, estado y capital: la crisis como expresión del poder del trabajo”, em *Fichas Tematicas de Cuadernos del Sur* (Buenos Aires: Editorial Tierra del Fuego).
- Lefebvre, J-P. (1985) “Survaleur”, em Labica, George & Bensussan, G. *Dictionnaire critique du marxisme* (Paris: PUF).
- Leher, Roberto (1998) *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza*. Tese de Doutorado (São Paulo: USP).
- Leher, Roberto (1999) “A universidade nos países periféricos e o projeto de autonomia do MEC”, em *Adunicamp Revista* (Campinas: São Paulo) Ano I, Nº 2.
- Limoeiro Cardoso, Miriam (1999) “Ideologia da globalização e (des)caminhos da Ciência Social”, em Gentili, Pablo (org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (Petrópolis: Vozes).
- Linhart, Robert (1976) *Lenine, les paysans, taylor* (Paris: Éditions du Seuil).
- Marx, Karl (1971) *Crítica ao programa de Gotha* (Porto: Portocalense Editora).
- Marx, Karl (1978) “Para a crítica da Economia Política – Prefácio 1859”, em *Os Pensadores* (São Paulo: Abril Cultural).
- Marx, Karl (1985) *Gründrisse 1857-1858* (México: Fondo de Cultura Económica).

Marx, Karl & Engels, Fredrick (1988) *Manifesto do partido comunista* (Petrópolis: Vozes).

Mattoso, Jorge (1999) *O Brasil desempregado* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).

Offe, Claus (1989) *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. A crise* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro) Vol. I.

Sábato, Hilda (1999) “La esfera pública en Iberoamérica. Reflexiones sobre los usos de una categoría”, em Hengstenberg, Peter; Kohut, Karl & Maihold, Günther (editores) *Sociedad civil en América Latina: representación de intereses y gobernabilidad* (Caracas: Nueva Sociedad).